

AGOSTINHO DE HIPONA, *A verdadeira religião/De uera religione*. Edição bilíngue português/latim, Tradução de Paula Oliveira e Silva e Manuel Ramos, Introdução e notas de Paula Oliveira e Silva. Edições Afrontamento, Porto, 2012, 200p. ISBN 978-972-36-1288-2.

A obra de Agostinho de Hipona *A verdadeira religião*, é a primeira edição em português traduzida a partir do original latino, no volume IV da coleção *Imago Mundi. Filosofia em texto e tradução*, dirigida por José Meirinhos da Universidade do Porto. Trata-se de uma edição bilingue, reproduzindo o texto latino da edição crítica editada pelo Corpus Christianorum Series Latina XXXII (ed. K-D. Daur), Turnhout, Brepols, pp. 187-226, sendo a tradução realizada conjuntamente por Paula Oliveira Silva e por Manuel Ramos. Com introdução e notas de Paula Oliveira e Silva, esta edição portuguesa de *A verdadeira religião* apresenta ainda uma cronologia da vida e obras de Agostinho, bem como uma bibliografia atualizada, de textos e fontes, de edições de e sobre este opúsculo de Agostinho de Hipona. A presente edição é o resultado do trabalho de investigação realizado pelos autores no Instituto de Filosofia da Faculdade de Letras na Universidade do Porto. Nesta recensão faremos a nossa apresentação em três partes temáticas com a exposição de seus temas e problemas.

A verdadeira religião está apresentada em um livro único e está composta de 55 capítulos grafados em numerais romanos e 113 parágrafos grafados em numerais de ordem indo-arábicos. O seu conteúdo é particularmente interessante para investigadores nas áreas da filosofia do homem, da estética e da filosofia da religião. Esta obra foi redigida entre 389-391 d.C., período ainda marcado pela recente

conversão de Agostinho seguida do seu batismo em Milão, que culmina com a preparação de sua ordenação sacerdotal em 391.

Dirigida a Romaniano, grande amigo e benfeitor de Agostinho no seu tempo de adesão ao maniqueísmo e nos seus primeiros passos em terras de Itália, a obra surge como a concretização da promessa feita a este seu amigo no *Diálogo Contra os Acadêmicos*, de escrever algo acerca da verdadeira religião que servisse como itinerário e critério para distinguir esta das seitas e formas idolátricas de vida. A obra surge assim a um tempo como uma exposição em defesa da Católica, visando trazer para esta religião o seu amigo Romaniano – conduzido pelo próprio Agostinho, nos seus tempos de auditor na seita maniqueísta, à seita de Mani – e como um escrito apologético que mostre a superioridade do cristianismo sobre as demais formas de religião. Para este propósito, Agostinho segue duas vias, a da autoridade, expondo argumentos de fundamentação bíblica e exegética; e a da razão, mostando como, por meio de uma reta contemplação do mundo sensível criado, o homem pode deduzir a dependência de toda a realidade e de si mesmo enquanto expressão de racionalidade, de um Ser supremo, origem de todo o bem, de todo o ser e de toda a verdade.

Cumprindo com o objetivo de argumentar com base em princípios bíblicos, *A verdadeira religião é*, na sua primeira parte, uma obra acerca dos princípios da fé cristã, de modo particular os ataques das polêmicas maniqueístas. Nesta medida, Agostinho responde a questões relacionadas com a doutrina cristã, tais como o problema do mal como desvio moral, a defectibilidade da pessoa humana, a apreciação de uma escala de valores e a descoberta do homem interior, os fundamentos da verdadeira fé e a autoridade da razão, a beleza da verdadeira religião, o pecado e a queda da alma no seu itinerário a Deus.

No volume em apreço, Paula Oliveira Silva afirma em notas introdutórias que, segundo Agostinho «a religião verdadeira consiste em viver de tal modo que a mente humana esteja em perfeita união com a verdade da qual depende no seu ser e no seu agir, enquanto mente racional, sem interposição de nenhuma criatura ou fantasma do espírito. Essa verdade plena com a qual a mente se une sem intermédio de qualquer criatura não é senão o Verbo de Deus e a fonte de toda verdade» (p.15). A partir dessas considerações compreendemos que a obra *A verdadeira religião* pode ser considerada um ensaio filosófico sobre a essência do cristianismo, cujo momento histórico exigia, em defesa de sua universalidade, argumentos pertinentes que apontassem a sua legitimidade filosófica. Assim, as linhas gerais de argumento da obra em análise procura responder as indagações propriamente filosóficas sobre a condição humana fragmentada pelo pecado na sua tentativa de “*re-ligare*” ao absoluto. Diz Paula Oliveira Silva, sempre comentando o conceito de religião em Agostinho, que «a *verdadeira religião* surge em identidade com a verdadeira filosofia ou sabedoria» (p.13). A identidade entre a filosofia e a verdadeira religião não consiste apenas em argumentar a favor da existência e da natureza de Deus, mas também de cultivar o verdadeiro Deus, motivo pelo qual Agostinho aponta que um dos erros das religiões e filosofias pagãs consistia na dissociação entre o culto e a compreensão da natureza divina.

Como ficou dito a obra divide-se numa exposição de dois itinerários, o da autoridade e o da razão, para o reconhecimento, por parte do ser humano, do primado da religião cristã sobre outras formas de religião. Assim, o conteúdo dos primeiros capítulos dessa obra se caracteriza estritamente por uma apologética cristã. Os argumentos apresentados por Agostinho se justificam no contexto do confronto com a força do paganismo e das seitas heréticas que assolavam o cristianismo. Tendo em

vista o seu amigo Romaniano, maniqueísta, e a sua própria experiência nos nove anos passados dentro da seita, Agostinho apresenta «o caminho que conduz a toda a vida reta e ditosa que reside na verdadeira religião, pelo qual o Deus único é venerado e com puríssima piedade, é reconhecido como o princípio de todas as naturezas pelo qual a totalidade das coisas tem o seu começo, a sua plenitude e a sua conservação» (p.39).

O hiponense constata que o paganismo não chegou a se constituir uma religião digna para conduzir o homem à felicidade plena, porque chegara ao nível mais baixo e vergonhoso mergulhado nas profundas superstições. Dessa forma, o critica os filósofos gregos, Platão e Sócrates, por não terem sido capazes de converter o povo da superstição dos ídolos para o verdadeiro culto do verdadeiro Deus. Por esta via Agostinho estabelece a nítida diferença entre o paganismo e a verdadeira religião. Em carta redigida ao amigo Romaniano, com a qual lhe dedica esta obra, Agostinho expõe a razão principal para o seguimento desta religião é a restauração divina da humanidade realizada na história, ou seja, a disposição da divina providência no tempo em favor do gênero humano. Como escreve em *A verdadeira religião*, «a razão que nos faz crer na verdadeira religião é que foi o Pai pelo filho no dom do Espírito Santo que fez simultaneamente todas as coisas e cada uma das naturezas. [...] De facto, toda a coisa, ou essência ou substância ou natureza – ou em outra palavra que melhor a designe, tem em simultâneo estas três propriedades: é algo uno, difere das restantes pela sua forma própria e não ultrapassa a ordem das coisas» (p.59).

Por conseguinte, «quando se tem o conhecimento da eternidade e da trindade e da contingência das criaturas, as verdades reveladas como a sacrossanta encarnação pelo parto da Virgem Maria, a morte do filho de Deus por nosso amor, e na ressurreição dos mortos, essas verdades não são consideradas apenas como objeto de crença, mas percebemos sua

relação com a misericórdia que o Deus supremo manifestou para o gênero humano» (p.61). Certamente Agostinho pretende convencer seu amigo Romaniano da autoridade da fé cristã e dos erros e conveniências das heresias contra a fé cristã, sobretudo evidenciando-o os erros advindos das teses maniqueístas sobre o dualismo da alma e a existência de dois princípios que a regem. Agostinho recomenda ao seu amigo Romaniano a religião perfeita e o único Deus verdadeiro a ser adorado, porque segundo o Hiponense, «unindo-nos ao eterno criador, necessariamente ficaremos unidos à sua eternidade» (p.65).

Na segunda parte da obra, Agostinho invoca argumentos retirados da contemplação do mundo sensível, da sua beleza e ordem, para mostrar como a razão, atendendo nesses sinais, necessariamente deduz a existência de um princípio supremo de ordem, beleza e racionalidade. Como nota Paula Oliveira Silva nesta obra Agostinho explora abundantemente o conceito de beleza e, portanto «é consensualmente reconhecida como contendo um conjunto de doutrinas a partir das quais é possível construir uma “estética agostiniana” ou até, uma teologia do belo. A beleza é aqui apresentada como um itinerário da razão para Deus, no qual esta deve prestar particular atenção à harmonia, e nela, descobrir à racionalidade de tudo que existe» (p.14-15). Para que isso ocorra, Agostinho explica o modo como se «deve separar o espírito das falsas imagens das coisas sensíveis para contemplar a forma imutável das coisas e a beleza que se conserva sempre igual e, sob todos os aspectos, semelhante a si mesma; e que não se distende no espaço, nem é variável no tempo, mas antes se conserva uma e a mesma em toda parte: beleza em cuja existência os homens não creem, ao passo que ela existe verdadeiramente e em grau supremo» (p.43). Pondo em suspeita os fundamentos da filosofia pagã sobre a verdade, Agostinho mostra que a verdade não se capta com os olhos do corpo, mas somente com a luz da

mente. A alma encontrando esta verdade torna-se plenamente feliz, de modo que a «verdadeira religião outra coisa não é do que a união entre a mente e a verdade» (p.13). A mente enxerga a si mesma pelo reflexo da luz interior, enquanto emanada do altíssimo, fonte da luz verdadeira.

Agostinho discorre, por um lado, sobre a bondade da criação e, por outro, sobre o mal originado pelo pecado, fruto do livre arbítrio do homem que teve por consequência a privação de sua liberdade. A noção de mal no vocabulário latino agostiniano é representado pelo termo *nequitia* traduzido por alguns intérpretes por “nada”. Entretanto, os autores desta versão portuguesa optaram por traduzir por “iniquidade”, justificando o fato, em nota, pela sua proximidade com a noção de pecado. A discussão do mal na ótica da *verdadeira religião* está estritamente associada ao pecado, mas, antes de tudo, o mal é possível porque os seres criados se caracterizam precisamente por serem contingentes; e, portanto, mutáveis. Conforme Agostinho, o mal está para alma, do mesmo modo como a doença está para o corpo, isto é, como perda de saúde/integridade.

Na mundividência agostiniana o corpo não deve ser considerado um mal mesmo situado como um bem inferior na escala dos bens criados, e que não tem vida própria, mas que recebe sua vida da alma, contudo encontra-se louvável na natureza das criaturas. A sua debilidade não impede de dizer que seja um bem valioso, mas, tão somente, que é um bem menor dentro da hierarquia dos seres criados, consoante o grau de participação dos mesmos no Sumo Bem. Agostinho acusa a origem da fraqueza de nosso corpo à cobiça da alma ou sua má conduta. Esta fenda aberta pelo pecado original causou fraturas na forma de amar do homem e na sua intervenção no mundo sensível.

No entanto, importa frisar que a teoria agostiniana sobre o mal em *A verdadeira religião* está relacionada com a conquista da vida reta e feliz,

uma vez que o mal ocorre por um defeito da vontade: quem peca é a vontade, pervertendo assim o homem e com ele o mundo sobre o qual ele age. Em *A verdadeira religião* afirma Agostinho que o mal surge «quando a vida tende para o nada quando se afasta, por uma degradação voluntária daquele que a fez e de cuja essência fruía e quando, contra a lei de Deus quer fruir das coisas corpóreas, às quais Deus a tinha anteposto» (p.67). O mal considerado por ausência de ser ocorre quando o homem vê-se arrastado pelos castigos por amar as coisas inferiores em detrimento do bem supremo. «A vida se tornou carnal e terrena e o homem ama aquilo que é menor que a vida, por ser corpo e, por causa do próprio pecado o que é amado torna-se corruptível». Ou seja, devido essa desordem, é corruptível o objeto do seu amor.

Em última análise, Agostinho destaca o papel da autoridade da *ratio* no seu pleno exercício operado pela reflexão para distinguir o simulacro do verdadeiro. Essa distinção somente decorrerá pela mente, processo pelo qual a razão em sua atividade efetuará a ascensão do visível ao invisível do temporal ao eterno. Diz Agostinho: «certamente com o olhar da mente separo, da eternidade, toda a mutabilidade e na própria eternidade não vislumbro nenhum espaço de tempo, pois o espaço de tempo passado e o futuro sustentam-se no movimento das coisas» (p.175). Visto que a «verdade só pode ser contemplada com o intelecto» (p.129), assim, as imagens que provém da excitação e da inconstância não permite ver a unidade permanente. Por este motivo, a *verdadeira religião* evoca a figura do “*homem interior*” como espaço da mente onde habita a verdade. A cada dia Agostinho percebia o avanço do *homem interior* em sua vida, ou seja, aumentava progressivamente o conhecimento das realidades superiores e assim o homem exterior se corrompia pelo progresso do homem interior.

A conclusão desta obra que decorre a partir do parágrafo LV [107] (p.187) consiste numa longa exortação que Agostinho faz a si mesmo e aos amigos para correr às pressas em busca da sabedoria, a não amar as coisas do mundo porque tudo o que há no mundo é concupiscência da carne e concupiscência dos olhos, as lutas, as vãs curiosidades visíveis, pois tudo isso pode nos lançar as trevas.

Nessa exortação sobre a definição da verdadeira religião Agostinho dialeticamente começa por dizer o que não deve ser considerado religião. «Que a verdadeira religião não seja apenas o culto às obras humanas, não devemos prestar culto à própria alma, que a religião para nós não consista no culto dos mortos, não consista no culto aos corpos e também não consista no culto aos animais, as plantas a terra e ao ar. Que possamos venerar um Deus único princípio de todas as coisas e a Sabedoria pela qual é sábia toda a alma sábia e o próprio dom pelo qual são felizes todas as que o são» (p.195). A palavra religião significa o *religar* a alma a Deus único e verdadeiro. Por isso toda e qualquer superstição não deve ser considerada uma forma de verdadeira religião a Deus, mas somente aquela que indica a verdadeira ligação ontológica, não idolátrica ou mediada por qualquer criatura, do ser humano e de todas as formas de existência ao seu verdadeiro e único princípio. Por isso, escreve Agostinho, a concluir este opúsculo: «Religie-nos, portanto, a religião a o único Deus onipotente, pois entre a nossa mente, pela qual entendemos o Pai e a verdade, isto é, a luz interior pela qual entendemos, não foi interposta nenhuma criatura» (p.196-197).

De resto, ao finalizar a leitura desta obra, percebemos a valiosa contribuição da filosofia agostiniana para o medievo latino. A *verdadeira religião* encerra uma análise conscienciosa sobre a essência do cristianismo e faz entrelaçamento entre razão e fé. A centralidade de sua investigação está entre os textos da filosofia pagã e as Sagradas Escrituras

e não na relação entre filosofia e teologia, definida mais tarde no âmbito da escolástica. Ainda é importante salientar a forma como o Hiponense aproxima a filosofia da religião para então encontrar sua identidade comum e que na *verdadeira religião* se encerra todos os modos da vida feliz. Assim Agostinho busca na filosofia a coerência para a vida prática cristã.

NILO CÉSAR BATISTA DA SILVA¹

¹ Universidade Federal de Sergipe – UFS (nilobsilva@gmail.com)